

NARRATIVAS DE MILAGRES: A SACRALIZAÇÃO DA JUSTIÇA PROFANA (PORTUGAL, SÉC. XIV)

MIRACLE'S NARRATIVES: THE SACRALIZATION OF THE PROFANE JUSTICE (PORTUGAL, 14TH CENTURY)

Maria Filomena Coelho*
filo-coelho@hotmail.com

RESUMO: Este artigo analisa alguns exemplos registrados no Manuscrito 01, que se encontra na Seção de Obras Raras (OBR), da Biblioteca Central do Estudante (BCE) da Universidade de Brasília (UnB). Intitulado, na tradição bibliotecária da UnB, como *Flos Sanctorum*, trata-se na verdade de narrativas de milagres e de vidas de “santos padres”, cuja produção data, provavelmente, do século XIV, realizada em âmbito monástico, no norte de Portugal. O *corpus* conta com 143 *exempla* e milagres, devidamente assinalados sob forma de rubricas. O principal sentido que se pretende destacar dos exemplos selecionados é o da justiça divina que, como um truísmo, manifesta-se em todas as narrativas. Entretanto, as lógicas pelas quais essa justiça se realiza são oriundas da experiência política e social terrena, o que termina por sacralizar o poder profano.

PALAVRAS-CHAVE: Justiça, Hagiografia, Portugal Medieval.

ABSTRACT: This article analyzes some examples given by the Manuscript 01 kept in the Seção de Obras Raras (OBR), of the Biblioteca Central do Estudante (BCE) of the Universidade de Brasília (UnB). Known as *Flos Sanctorum*, on the UnB's librarian tradition, as a matter of fact it is composed of narratives of miracles and lives of “saintly fathers”, probably produced in a northern Portuguese monastery, in the 14th century. The *corpus* has 143 *exempla* and miracles which each heading part is signaled under a rubric form. The main goal is to underline the divine justice that as a truism manifests itself in all the narratives. However, the logics that allow justice to take place come from the political and social earthly experience, which ends up by making profane power into sacred.

KEYWORDS: Justice, Hagiography, Medieval Portugal.

Introdução

Espiritualidade e fé são fenômenos históricos que se apresentam geralmente como definidores do “caráter medieval”. A Idade Média é vista como a “Idade da Fé”, contraposta ao chamado “desencantamento” do mundo moderno. Contudo, para cada exame de fatos particulares, exige-se do historiador a consciência de que sob as palavras deve haver conceituações adequadas ou condicionadas aos conteúdos circunscritos pela temporalidade. No caso da análise mais detida da espiritualidade e da fé, no Ocidente cristão, é imperativo começar retrospectivamente por aquilo que evocam no século XIX e que, em boa medida, segue vigente no senso comum.

Entre vários aspectos, sublinhamos a fratura que a contemporaneidade operou entre o mundo terreno e o espiritual, bem como entre as concepções individuais e coletivas,

*Doutora em História Medieval pela Universidad Complutense de Madrid. Professora Associada 2 no Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB) e do Programa de Pós-graduação em História.

que resultou em percepções que tenderam a elevar ainda mais o plano sobrenatural e a reduzir a espiritualidade à experiência pessoal. Portanto, uma percepção cada vez menos terrena da espiritualidade, que entende o transcendente como dimensão insondável.¹A elevação do espírito propiciaria a superação das difíceis experiências materiais da vida cotidiana; o nível espiritual seria capaz de elevar-nos acima do material, livrando-nos deste “vale de lágrimas”.

Se, por um lado, constatamos que também na Idade Média se defendia que os seres humanos precisavam libertar-se das amarras materiais para alcançarem a salvação, por outro, tal imposição não significava uma cisão entre planos, mas a formulação de um modo de vida cristão. Assim, neste artigo, pretendemos mostrar que na baixa Idade Média opera-se forte convergência entre os planos divino e humano, fruto de uma elaboração intelectual/religiosa da vida terrena, que pretendia dar sentido ao trânsito na Terra. Na perspectiva cristã era essa a única maneira correta de se viver.

Tal comprovação implicaria problemas teóricos e metodológicos para a disciplina da História. Como resultado da segmentação que o plano religioso e o laico sofreram na nossa contemporaneidade, os estudos sobre a Idade Média tenderam a reproduzir essa lógica e a criar campos de conhecimento acadêmicos que compartimentam o passado, com consequências anacrônicas. Estuda-se, por exemplo, a Igreja, separadamente do resto da sociedade, como instituição que prenuncia características do estado moderno, cujos membros mais relevantes apresentam uma atuação de tipo racional-burocrática que se afastaria – para o bem e para o mal – de sua característica social primária: a de serem homens de religião. Nessa perspectiva historiográfica, opera-se, mesmo no campo da história da Igreja, uma fratura entre religião e religiosidade. É comum que a Igreja seja um tema de estudo do campo da História das Instituições e que a religiosidade interesse mais ao campo da Cultura e da Antropologia. Entretanto, graças à recente renovação da História Política, o campo acadêmico tem oferecido algumas abordagens menos segmentadas, cujos problemas eclesiológicos e religiosos são formulados a partir da perspectiva da cultura política. Portanto, pretende-se compreender de forma mais abrangente e complexa a

¹ Ainda que, no plano científico, o mundo espiritual tenha sido academicamente transformado no campo de estudos da História das Religiões, e a arqueologia bíblica, por exemplo, tenha procurado dar evidência material ao plano espiritual. Aquilo que, à primeira vista, poderia soar paradoxal configura a complexidade que envolve as diferentes maneiras pelas quais o Ocidente lida com a espiritualidade nos tempos atuais.

maneira como mulheres e homens na Idade Média construía e fundiam os planos espiritual e material.

Como consequência da interpenetração entre o sobrenatural e o terreno, estabeleceu-se igualmente forte conexão entre a religião e a política no Ocidente cristão, a ponto de serem esferas indissociáveis. Não haveria como legitimar o exercício do poder – grande e/ou pequeno – fora da doutrina cristã. O caráter universal que o cristianismo encerra, como essência, invadia todos os aspectos da vida, sem a possibilidade de fugir ao olhar da divindade. Essa maneira radical de expor o comportamento das criaturas estendia-se também à comunidade da qual elas faziam parte; uma lógica de corresponsabilidade soteriológica baseada no correto exemplo que cada ser humano dava de sua vida. O cristão era um ser público, sem vida privada, um “católico” (kata + kolos), isto é, uma “totalidade comum”.

Viver corretamente era, portanto, dever moral. Mas, a “correção” não era entendida como “perfeição”, a qual não estava ao alcance da capacidade das criaturas. Almejar a perfeição constituía incorreção, uma vez que significava, tal como Adão e Eva, ter pretensões divinas. A Queda primordial nasce do pecado da desobediência por soberba, do qual se originaram todas as demais desobediências. Portanto, a fronteira entre viver corretamente e almejar a perfeição, sendo tênue e perigosa, requeria a tutela da autoridade, para traduzir, interpretar e guiar os modos de vida da cristandade.

As narrativas de milagres e vidas de santos registradas por escrito, ao longo da Idade Média, representam essencialmente a autorização de determinado modo de vida. O fato de essas narrativas terem sido produzidas por *scriptoria* eclesiásticos significa dizer que receberam a chancela de autoridades competentes na matéria.²As características dessa documentação propiciaram sua classificação como hagiografias.³ Para a História, inicialmente, essa tipologia documental era considerada inconfiável: das suas características fantasiosas não se poderiam extrair informações factuais fidedignas. Entretanto, à raiz das transformações sofridas pela disciplina a partir de meados do século XX, a hagiografia

² De toda forma, essa chancela não significa que as narrativas hagiográficas não fossem objeto de disputa entre grupos políticos dentro da própria Igreja. Ver: BARTLETT, 2013 (especialmente, o capítulo 14).

³ Sobre a trajetória histórica do conceito hagiografia, ver: GONZÁLEZ MARÍN, 2000, p. 115-117. Ver, também: SOBRAL, 2005, p. 97-107.

começou a ser vista como valioso depósito de tradições culturais que englobam todos os âmbitos da vida em sociedade e permitem compreender melhor as lógicas do poder.⁴Entretanto, tal como aponta Cristina Sobral, o interesse dos textos hagiográficos para a História não pode limitar-se a discussões de tipo formalista, no que concerne à tipologia, ou de erudição historicista, em relação à veracidade do conteúdo:

entendida esta [a hagiografia] como um dos diversos modelos discursivos que, na Idade Média, formalizaram a percepção da realidade e se tornaram lugar de fixação da memória, de construção simbólica do passado, de edificação e de exemplaridade épica, a leitura de textos sobre santos será mais esclarecida se feita em conjunto com a leitura de outros textos que tomam o mesmo objeto. Há, de facto, elementos comuns aos textos sobre santos. Neles o discurso organiza-se para demonstrar a santidade de uma personagem individual ou colectiva e a santidade manifesta-se como o cumprimento exemplar e sancionado por Deus de um modelo de comportamento. Este forma-se e inova-se inscrito numa determinada tradição que é, ao mesmo tempo, factual e literária. O devir histórico e a modificação das condições culturais formam e alteram modelos de comportamento cujo cumprimento os textos demonstram (os textos imitam a realidade) mas a tradição literária enquanto tal também determina e condiciona o devir histórico: os santos imitam os santos dos textos que conhecem, ou seja, a realidade imita os textos. A circularidade deste processo de interação aconselha o estudo de narrativas sobre santos em privilegiada correlação com os seus congêneres. A designação comum é, portanto útil, tomada mais como adjetivo – discurso hagiográfico – do que como substantivo – hagiografia -, de forma a ser, não um conjunto de balizas restritivas, mas uma lente potenciadora de sentidos (SOBRAL, p. 99-100).

Assim, é justamente na perspectiva de “uma lente potenciadora de sentidos” que propomos a análise de alguns exemplos – tal como refere o copista –registrados no Manuscrito 01, que se encontra na Seção de Obras Raras da Biblioteca Central do Estudante (BCE) da Universidade de Brasília (UnB).⁵ Intitulado, na tradição bibliotecária da UnB, como *Flos Sanctorum*, trata-se na verdade de narrativas de milagres e de vidas de “santos padres”, cuja produção data, provavelmente, do século XIV, realizada em âmbito monástico, no norte de Portugal. Atualmente, o Manuscrito01 compõe-se de 81 fólios soltos, os quais, originalmente, constituíram um códice.⁶ O *corpus* conta com 143 *exempla* e milagres,

⁴ Como exemplo da diversidade de estudos que a renovação do campo proporcionou no Brasil, ver os trabalhos desenvolvidos pelo Programa de Estudos Medievais (PEM-RJ), especialmente: SILVA, 2008. Ver também: TEIXEIRA, 2014.

⁵ O manuscrito encontra-se digitalizado em: <http://bdce.unb.br/items/show/370#gallery>. Acesso em: 22 jan 2019.

⁶ Sobre a história e o aparato diplomático desse manuscrito ver: MACHADO FILHO, 2009.

devidamente assinalados sob forma de rubricas. Desse conjunto escolhemos 6 narrativas para analisar neste artigo e procuramos atualizar o português arcaico para facilitar a compreensão.

O principal sentido que pretendemos destacar dos exemplos selecionados é o da justiça divina, que, como um truísmo, manifesta-se em todas as narrativas. Entretanto, as lógicas pelas quais essa justiça se realiza são oriundas da experiência política e social, o que termina por sacralizar o poder profano.⁷

1. Aqui se segue um exemplo pelo qual ninguém, por melhor que seja, deve confiar em si mesmo, mas ter sempre humildade e temor a Deus

O abade Agatom contou ao abade Macário:

Era um monge que morava em local ermo perto de nós em uma caverna. Homem de grande coração que cumpria suas virtudes de dia e de noite. Comia o que produzia com suas mãos e um dia começou a confiar em si mesmo e não agradecia a Deus pela boa vida, somente a si próprio. E o diabo, percebendo a soberba que tomou conta do coração dele, estendeu-lhe uma armadilha. Ao anoitecer, o monge viu uma mulher muito formosa, como se estivesse perdida. Esta, sentindo-se muito cansada pelo grande esforço que fizera no caminho, foi à entrada da caverna do monge e pediu-lhe, por Deus, para que abrisse a porta e a recebesse (...) E, ele, com o principal intuito de fazer-lhe misericórdia recebeu-a (...) E perdeu todo o firme propósito que tinha para servir a Deus e começou a falar com ela muito afetadamente, e não como monge. E ambos começaram a rir e a escarnecer. E ela punha-lhe as mãos nas barbas e no rosto e dizia que o fazia pela grande reverência que tinha pelo estado dele. E vos direi mais: aquela mulher mesquinha cativou o cavaleiro mesquinho de Jesus Cristo, que se esqueceu dos grandes trabalhos que antes prestara ao serviço de Deus e da profissão que fizera (...). Então, uma grande companhia de inimigos, que andavam no ar, reuniu-se para ver o escárnio que um deles fizera àquele monge, e começaram a bradar contra ele e a escarnecer muito e a dizer:

-E não eras tu que tanto confiavas em ti que a soberba te alçava ao céu? E como te afundaste ora tanto, que jazes no inferno? Aprende, então, pois disse Nosso Senhor no Evangelho: “aquele que se exaltar, abaixá-lo-ei, e aquele que se humilhar, exaltá-lo-ei”.

E depois de tudo isso o monge mesquinho enlouqueceu e sem aguentar a vergonha do engano do inimigo, enganou a si mesmo, ainda mais que o inimigo o fizera. Pois ele não se penitenciou do consentimento que dera para que fizessem maldade com seu corpo e de forma soberba entendia que Deus permitira que ele fosse escarnecido. Assim, desesperando e desconfiando de Deus e de seus santos, entregou o seu coração a mais luxúria e maldade, e tornou-se presa e aliado dos inimigos. E quando via

⁷ A preponderância que as transformações sociais adquirem na elaboração das manifestações religiosas está bem assentada em: BASTOS, 2013; 2014.

homens santos fugia deles para não rogarem e pregarem para que ele retornasse ao bom estado que deixara. Porque, certamente, se ele quisesse voltar ao seu estado e fizesse penitência de seus pecados, recobriria logo a graça de Deus. (Ms01 OBR/BCE/UnB, f. 44; MACHADO FILHO, 2009, p. 158)

A principal característica da narrativa é a exaltação da justiça divina, cuja eficácia, para o ouvinte, reside na estratégia negativa de seu enredo. Tal como anuncia a rubrica, até mesmo os seres humanos mais virtuosos – os melhores – devem demonstrar reverência e humildade diante de Deus. Portanto, o exemplo versa sobre a soberba, o pecado capital ao qual todas as criaturas estão sujeitas, mas, sobretudo, os seres superiores e poderosos.

A superioridade constitui aspecto essencial do modelo político medieval, uma vez que as hierarquias sociais são regidas pela cabeça política, responsável por arbitrar e reger o funcionamento da sociedade. A harmonia do corpo social depende, fundamentalmente, da obediência ao poder superior, ou seja, do reconhecimento à autoridade. A superioridade justifica-se pelo conhecimento; quem conhece mais, exerce mais poder. No cosmos cristão, Deus é o poder supremo, porque ninguém tem mais conhecimento; ele é onipotente, porque é onisciente. Configura-se, portanto, como a única entidade a abarcar a totalidade do poder. Qualquer iniciativa humana que pretenda subtrair-se a esse poder, ou até mesmo imitá-lo, há de ser exemplarmente punida.

De forma especular, no plano terreno, a organização do poder refletiu lógica similar, delegando maiores fatias de poder àqueles que tinham o conhecimento indispensável para guiar a cristandade (comunidade política dos cristãos). Tal conhecimento, entretanto, devido à inexorável condição humana, não podia ser total, mas limitado de acordo com a especificidade da função exercida no corpo político.

No caso da narrativa em análise, trata-se de um monge, cuja função primordial era, por meio da oração e da vida virtuosa, estabelecer uma comunicação privilegiada entre a humanidade e a divindade, com vistas à salvação dos cristãos. A ordem monástica, devido a suas características fundacionais, baseadas em um modo de vida radicalmente ascético e de autocontrole dos apetites humanos, propiciaria a seus membros um conhecimento superior, que justificava a posição elevada que eles ocupavam na pirâmide social. Porém, a consciência exacerbada dessa superioridade podia, frequentemente, levar ao pecado, uma vez que o pecador perdia as amarras que o atavam à divindade e ao corpo social. Ao colocar sua individualidade como fonte e objetivo de suas capacidades de conhecimento e de poder,

o monge não somente deixou de cumprir seu papel no correto funcionamento do corpo, como colocou a sua salvação e a da comunidade em perigo.

A justiça divina intervém – como providência - para corrigir o perigoso rumo. O diabo assume, então, seu papel na economia da salvação: o de tentar os cristãos, para testá-los, e, em caso de que sucumbam, puni-los.⁸ A mulher, que seduz o monge, reproduz o modelo bíblico de Eva, que ajuda a sublinhar a queda do religioso, como um novo Adão, a quem a narrativa iguala à “mesquinhez” da tentadora. Ele perdeu a superioridade. A condição de cavaleiro de Cristo desapareceu, no momento em que ele “esqueceu” o serviço que, por juramento, deveria prestar a seu senhor. Na lógica feudal, sem a devida prestação do serviço, o vassalo perde o direito ao benefício e à proteção do senhor.

Apesar da lição recebida, o monge não consegue livrar-se da soberba, o que o impede de se humilhar diante de Deus. Ao mesmo tempo, ele reconhece o poder dos monges virtuosos, que poderiam mudar a sua condição pecadora por meio da oração. Por isso foge deles. A mensagem é clara: as criaturas são livres para decidir o caminho a seguir, ou seja, a que senhor querem servir. O verdadeiro senhor está sempre pronto a receber de volta o vassalo sinceramente arrependido e disposto a se submeter à justiça.

2. Por este exemplo a seguir pode o homem entender que se tiver firme propósito de fazer o bem pode ser salvo

Era um cavaleiro nobre e rico, que não orava a Deus nem aos seus santos, apenas a Santa Maria e a São Miguel. Perseguiu os servos de Deus e destruía suas igrejas. Um dia começou a suspirar pela glória do paraíso, e procurou um local para construir um mosteiro. Conseguiu os frades, fez voto a Deus e decidiu que ali professaria como monge. Voltou para casa, mas adoeceu gravemente e morreu. Assim que sua alma deixou o corpo chegaram os inimigos da linhagem da Adão para a levarem para o inferno. Percebendo que a alma de seu servo iria para o inferno, São Miguel chegou e disse aos diabos:

-Essa alma não está em vosso poder.

Os inimigos responderam:

-Se Deus é um juiz direito esta alma será nossa porque cumpriu nossas obras e morreu com elas.

São Miguel se esforçou para encontrar alguma bondade no homem e descobriu que ele tinha o desejo de construir a igreja. Então, vestiu o morto com a cogula e cobriu-lhe a cabeça com o capuz do hábito, dizendo:

⁸ Sobre o papel do diabo em narrativas de milagres medievais ibéricas, ver: AGUIAR, 2017.

-Vocês são espíritos maus, este homem é monge de Jesus Cristo.
Em seguida, São Miguel tomou a alma e levou-a para o paraíso. (Ms 01 OBR/BCE/UnB, f. 54.; MACHADO FILHO, 2009, p. 186)

Entende-se que um dos elementos importantes para a justiça cristã é a intenção. Atos claramente delitivos/pecaminosos podem ser interpretados pelo juiz à luz da intenção daquele que os praticou. Neste caso, São Miguel atua como senhor do cavaleiro, portanto, seu juiz natural. Embora o vassalo não fosse um bom cristão, devido aos erros devocionais e à conduta prejudicial à Igreja, prestava homenagem a São Miguel e à Virgem Maria, por meio da oração, o que os convertia em seus senhores. Eis a razão do surgimento do santo à hora da morte: proteger o servo.

Tal como na narrativa anterior, os diabos assumem papel importante na realização da justiça divina. Em termos das evidências, não havia dúvida quanto à jurisdição da alma. O pecador pertencia ao inferno, tal como estabelecido por Deus. Porém, a intervenção do santo é didática quanto ao funcionamento correto da justiça, que não se limita à aplicação da letra da lei. Esta deve ser interpretada pelo juiz do caso, de acordo com as circunstâncias. A *interpretatio* permite identificar as injustiças e fazer a mediação entre a norma e os fatos, no ato da *iurisdictio*, que se opera no tempo e no lugar em que se corrigem as injustiças e se restaura a equidade.⁹O arrependimento e a intenção piedosa no final da vida foram suficientes para o rápido desfecho jurídico, que o final abrupto da narrativa procura destacar.

3. Milagre

Dizia um homem velho de Tebaida, filho de um sacerdote pagão, que na juventude costumava guardar o templo:

- Um dia meu pai foi fazer sacrifícios aos ídolos e eu entrei logo atrás dele, escondido, e vi Satanás, o rei dos inimigos, com toda sua cavalaria. Em seguida, levantou-se um dos príncipes e fez-lhe uma reverência. O inimigo lhe disse:

-De onde vens?

E ele disse-lhe:

-Em tal terra fui e provoquei muitas batalhas e muitas pelejas nas quais muitos homens se mataram e agora vim dizer-lho.

E Satanás disse:

⁹ Sobre a importância da *interpretatio* para a realização da justiça medieval, ver: GROSSI, 2014, p. 214-218.

-Em quantos dias fizeste isso?

E ele disse:

-Em trinta dias.

E o inimigo mandou açoitá-lo e disse:

-Como em tanto tempo fizeste só isso?

Depois deste levantou-se outro príncipe e fez-lhe uma reverência. E Satanás disse:

-De onde vens?

E o inimigo respondeu:

-Levantei grandes tormentas no mar, afundei muitos navios, matei muitos homens e vim dizer-lho.

E Satanás disse:

-Em quantos dias o fizeste?

E ele disse:

-Em vinte dias.

Mandou açoitá-lo e disse-lhe:

-Como em tantos dias não fizeste nada além disso?

E o terceiro veio e fez-lhe uma reverência. E o inimigo lhe disse:

-De onde vens?

E ele disse:

- Numa cidade, em que celebravam umas bodas, provoquei grande briga e confusão de maneira a que muitos se matassem, inclusive o noivo. E venho agora dizer-lho.

E ele perguntou-lhe:

-Em quantos dias fizeste isso?

E ele respondeu:

-Em dez.

Então, mandou açoitá-lo e disse-lhe:

-Como em tantos dias não fizeste nada, além disso?

Veio, então, o quarto, fazendo-lhe reverência. E o inimigo lhe disse:

-De onde vens?

E ele disse:

- Procurei um monge eremita, servo de Deus, que há dez anos morava no deserto, e consegui que nessa noite ele possuísse uma mulher.

Quando isto ouviu, Satanás levantou-se e foi até ele. Tomou a coroa que tinha em sua cabeça e colocou-a nesse diabo. Sentou-o perto de si e disse:

-Grande e importante coisa fizeste.

E quando isto vi, disse a mim mesmo:

-A oração dos monges é coisa muito boa.

Pedi que Deus me desse saúde e tornei-me monge.

(Ms 01 OBR/BCE/UnB, f. 7.; MACHADO FILHO, 2009, p. 82-84)

A rubrica classifica a narrativa como milagre. Portanto, trata-se de evento extraordinário, cujo desfecho atesta a intervenção divina, a única força capaz de transformar o curso da história. Nesse sentido, somente um milagre explicaria que o filho de um sacerdote pagão pudesse converter-se ao cristianismo de forma tão radical, como era a profissão monástica. Ao mesmo tempo, o desfecho miraculoso da narrativa promove a superioridade da condição social dos monges.

Entretanto, interessa-nos, principalmente, destacar a intensidade que a justiça feudal assume na construção do enredo. A escolha dos termos não deixa dúvida. O narrador informa à partida que ele viu Satanás, na qualidade de rei, reunido em conselho com a sua cavalaria. Os integrantes do concílio são referidos como príncipes, como forma de atestar sua relação de dependência com o senhor. O fato de se tratar de uma reunião política satânica, portanto como inversão da justiça, não diminui o objetivo de reforçar a qualidade dos laços feudais como uma natureza, ou seja, como a única forma possível de se constituir uma corte. Tal como senhor da justiça, o diabo exige que seus vassalos rendam contas do serviço que lhe devem e mostra-se insatisfeito com os resultados. A sucessão repetitiva, em que o diabo pergunta o que o vassalo fez, este responde sob a forma de prestação de contas, ao que o senhor mostra-se irado e castiga-o fisicamente devido ao seu baixo rendimento, tem como objetivo sublinhar uma lógica conhecida pela audiência: o serviço tem de estar à altura do benefício. O ápice da mensagem é atingido quando, finalmente, o único vassalo fiel rende contas. Tentar com sucesso um monge é considerado uma vitória diabólica, uma vez que se trata de um feito praticamente impossível, devido ao altíssimo grau de resistência que esses homens de religião apresentavam em relação ao pecado. Em termos públicos, um monge vencido pelo pecado era um atestado à força incomensurável do diabo. Portanto, o vassalo trabalhara pela boa fama de seu senhor. A recompensa mostra-se à altura do feito e, ao coroar o vassalo, o monarca satânico reconhece que o governo é compartilhado entre a realeza e a boa nobreza, posto que se trate de sinais invertidos.

4. Aqui começa o concerto do erro que os monges por penitência fizeram

Havia um frade que se apegava muito ao mundo e às mulheres. Um dia precisou viajar a uma cidade do Egito, onde viu a filha de um sacerdote dos gentios, a quem amou muito de coração. Procurou, então, o pai dela:

-Dá-me tua filha por mulher.

E ele lhe disse:

-Nunca poderia dá-la, sem antes perguntar aos meus deuses.

E, assim, dirigiu-se a um ídolo que adorava e disse-lhe:

-Senhor, um monge veio a mim e pediu-me minha filha. Mandas-me que lha dê?

E o inimigo respondeu-lhe:

-Vai e diz-lhe que se negar Deus, seu senhor, e o batismo e a promessa monástica, que lha darás.

E o sacerdote do inimigo foi logo ter com o monge:

-Nega teu Deus e o batismo e o que prometeste à tua ordem e dar-te-ei minha filha.

O monge quando isto ouviu, aceitou rapidamente. E assim que isto foi feito, viu sair uma pomba da sua boca que voou até o céu. E depois disto, o sacerdote foi até o inimigo e disse-lhe:

-Aqui está aquele que prometeu que faria essas três coisas.

Mas o inimigo lhe disse:

-Não lhe dê sua filha por mulher, pois ele não está livre de seu Deus, que ainda assim o ajudará.

(...) Então, [o monge] disse a si próprio:

- Se o senhor é tão bom e tão piedoso, que a mim cativo, que tão gravemente errei contra ele, ainda me ajuda, então, porque o deixaria?

(...) e foi para o deserto onde morava um homem bom, e contou-lhe o acontecido. E este disse-lhe:

- Fica comigo nesta caverna, três noites seguidas, e eu rogarei a Deus por ti.

(...) E Nosso Senhor ouviu a sua oração (...). (Ms 01 OBR/BCE/UnB, f.5v.; MACHADO FILHO, 2009, p. 78)

A narrativa explora de maneira intensa o sentido de justiça e de injustiça, relativamente aos laços vassálicos, apresentados como uma natureza que abrange, inclusive, os pagãos. Note-se que o “sacerdote dos gentios”, ao ser solicitado a entregar sua filha, alega que somente depois da autorização de seu senhor o poderá fazer. Ele é um bom vassalo. Ainda como inversão, a atuação do monge cristão é a de um mau vassalo.

O ídolo pagão, ao ser questionado, manifesta apurado conhecimento das lógicas feudais, ao exigir que o monge rompesse publicamente o duplo juramento que o atava a Deus, seu senhor. Primeiro, como cristão e, depois, como religioso. Somente após se libertar da jurisdição senhorial, o vassalo estaria apto a entrar na dependência de outro senhor. Mas, a narrativa dá ao ouvinte um sinal, sob a forma de “uma pomba” que abandonou o monge e “voou até o céu”, de que essa ruptura, apesar de ter sido operada dentro do direito, era injusta.

O poder da “verdadeira” justiça é reconhecida, uma vez mais, pelo ídolo dos gentios, quando sublinha a superioridade do direito do senhor legítimo que, ciente da fraqueza do vassalo, invalida o ato unilateral da ruptura e mantém a proteção.

A rubrica que dá título à narrativa não a classifica nem como exemplo, nem como milagre, apenas refere tratar-se do “conserto de um erro”, portanto, de uma injustiça. A oração, como desfecho positivo, aponta para o poder do justo serviço dos monges a seu senhor, enquanto que a conduta do “frade que se apegava muito ao mundo e às mulheres” evidencia grave desserviço, que põe em perigo não somente aquela relação pessoal, mas o desvirtuamento do próprio modelo.

5. Aqui começa a vida e morte de um santo abade, que se chamava Naruto

Muitos homens, que moravam em Mérida, na província da Lusitânia, contaram que no tempo de Leovigildo, rei dos godos, veio de África um abade muito santo, chamado Nauto. E que este viveu nessa província com outros monges, muito pobrememente. (...) Depois, ele partiu com uns frades para o deserto e ali fez uma morada muito pequena. E tantas foram as virtudes que ali cresceram que a fama dele chegou ao príncipe Leovigildo, de quem já falamos. E, apesar de esse príncipe ser da seita dos arianos, e não ser cristão direito, mandou que dessem a Nauto o senhorio de um lugar que era reguengo, para que ele e seus frades tivessem o necessário para viver. Porém, como Nauto recusou a mercê que o príncipe lhe fazia, disse-lhe o enviado do rei:

- Tu deves receber o dom e a mercê que te faz o meu senhor Leovigildo, pois ele se considera teu filho espiritual, e quer receber a mercê de Deus por tuas orações, e sentir-se-á desprezado por ti se não o quiseres receber. Nauto, então, aceitou, e os homens daquele lugar quiseram conhecer aquele que lhe deram por senhor. E quando o viram, vestido com roupas muito vis e rafeiras, disseram entre si que preferiam morrer, antes de servirem a tal senhor. Pouco tempo depois, andando o homem de Deus guardando e apascentando umas ovelhas que tinha nesses montes, os vassalos que o desprezaram, ao achá-lo sozinho, feriram-no gravemente, de tal forma, que o deram por morto. Depois que o príncipe Leovigildo soube, mandou prender os vassalos e, apesar de ser herege, pois era da seita dos arianos, sentenciou que, se aquele que eles feriram era verdadeiro servo de Deus, como diziam os cristãos, que Deus se vingasse deles, pois ele não queria se intrometer. E mandou-os soltar. Depois de soltos, os inimigos da linhagem de Adão entraram nos seus corpos e tanto os atormentaram, até que lhes tiraram as almas dos corpos. (Ms 01 OBR/BCE/UnB, f.29v -f.30r; MACHADO FILHO, 2009, p. 122-124)

O início da narrativa elabora a construção de um processo de santidade, aprimorado pelo estado monástico, de renúncia ao mundo. Nauto, que já era considerado santo, quando de sua chegada à Península Ibérica, decide santificar-se ainda mais, ao mudar-se para o deserto e, com outros monges, viver como eremita. O modo de vida eremítico é apresentado como fonte suprema de santidade, com claras implicações exemplares, cuja fama chega ao rei Leovigildo. Portanto, a primeira ideia a reter é que o “afastamento do mundo” não significa cortar os canais de comunicação e tornar-se invisível, o que impediria a desejável publicidade que a santidade devia alcançar, como justiça de Deus na história.

No que se refere aos laços feudais, trata-se de um exemplo com várias camadas. Por um lado, o modo de vida de Nauto é entendido como benefício espiritual (senhorial) pelo rei ariano que, logicamente, deve prestar um serviço ao santo monge. É nesse sentido que Leovigildo decide entregar parte de seu patrimônio régio (reguengo) à pequena comunidade eremítica, para que se sustentasse. Entretanto, o autor da narrativa, ao traduzir

essa doação como mercê opera um deslocamento na relação entre o rei e o monge, produzindo uma tensão. Nauto não quer aceitar esse laço com o monarca pagão, o que leva o enviado a adverti-lo com argumentos que cruzam e baralham as hierarquias feudais, que a situação ensejava. Se, por um lado, o rei se sentia filho do monge, por outro, classificava a doação como mercê e dom, o que obrigaria Nauto a prestar-lhe o serviço de rezar por ele, para que Leovigildo pudesse transformar-se em vassalo de Deus. Finalmente, o enviado consegue minar a resistência do monge, ao lembrar-lhe que não se pode desprezar o senhor-rei.

Uma vez de posse dos domínios que o monarca lhe doara, Nauto é transformado em senhor dos dependentes daquelas terras. Porém, o modo de vida de pobreza, que ao início era fonte de santidade, agora se torna fator de perturbação social, uma vez que o monge não assume o papel de senhor e seus novos vassalos não podem admitir submeter-se a alguém que se veste de forma vil. Para eles, Nauto não reúne as condições para ser senhor: não se comporta como fonte de proteção e de benefícios. Ele não tem como “dar a cada um o que lhe é de direito”, como obriga a justiça senhorial. No momento oportuno, os vassalos tentaram livrar-se daquele que consideravam um “mau senhor”, ferindo-o gravemente. Ainda que essa atitude pudesse justificar-se, a casuística tendia a condenar os vassalos que se insurgiam contra seus senhores, tal como o fez Leovigildo, posto que fosse ariano. A inconsistência da sua sentença, porém, manifesta-se logo em seguida, quando ele os manda soltar e transfere para Deus o poder de dizer a justiça do caso, como se o rei reconhecesse na divindade o verdadeiro juiz. Tal como em outras narrativas, Deus usará os diabos para fazer justiça.

É interessante notar o peso que as relações senhoriais e de vassalagem assumem no enredo, cujos giros são baseados nas diferentes transformações que a posição hierárquica dos atores vai sofrendo ao longo da narrativa. Sem dúvida, é um bom exemplo, da forma elástica e complexa como na época se compreendia a interação social. Ao mesmo tempo, a dubiedade que caracteriza o comportamento de Leovigildo está de acordo com a memória que o cristianismo construiu do último monarca pagão visigodo, ainda viva no século XIV.

6. Aqui começa como aquele bispo passou deste mundo e foi para o paraíso

Um homem muito religioso tinha o costume de ir à igreja de Santa Maria (...). Estando lá, viu uma grande companhia de santos no coro. Teve tanto medo, que foi se esconder em um canto da igreja (...). E isso foi um pouco antes dos galos cantarem. (...) Depois de *laudes*, os santos disseram entre si:

- Logo será hora de tangerem as matinas; cumpramos a missão que nos encomendaram.

E, assim que terminaram de falar, apareceram entre eles muitos *acipios* negros, espantosos e grandes como gigantes. Pela forma e pelas roupas negras que usavam, via-se, claramente, que eram sargentos do Inferno, e empunhavam espadas muito pontudas. A estes, disseram os santos:

-Ide rapidamente ao adro da igreja e entrai na cela em que jaz o santo bispo dom Fidel e feri-o gravemente de modo a que a alma saia do corpo e vá conosco para Nosso Senhor Jesus Cristo.

E eles fizeram o que lhes mandaram. Mas, quando voltaram, disseram que não o feriram, pois não puderam entrar na cela, porque ele não dormia, mas jazia em oração, estendido no chão. E o odor maravilhoso que saía da cela rescendia, e ele o oferecia a Nosso Senhor em sua oração, o que os impediu de entrar. Mas os santos mandaram-nos outra vez:

-Ide e feri-o, pois convém que se cumpra o mandado de Nosso Senhor.

Eles foram novamente, mas sem sucesso.

-A sua oração nos impede de entrar.

E os santos disseram:

-Não embarga a oração quando Deus a alguém chama. Ide e cumpri o mandado de Nosso Senhor; uma vez formulado, tem que ser cumprido.

Então, foram por terceira vez e, graças à vontade de Deus, entraram. E tão grande e cruel ferida lhe fizeram, que o bispo deu grande brado e gemido de dor, que o ouviu o religioso de quem falamos e que estava escondido no canto da igreja. Depois que amanheceu, esse religioso contou ao santo bispo tudo o que viu e ouviu. E ele lhe disse:

- Meu filho, eu sei de tudo e nada se me esconde.

Em seguida, o bispo ficou gravemente enfermo (...). Mandou, então, que o levassem até a igreja de Santa Olália, onde rogou a Deus por seus pecados com muita devoção, deu muitas esmolas a cativos e a pobres, e mandou perdoar seus devedores. Uma mulher, que tinha dele uma carta partida por ABC, sobre uma grande dívida, não conseguia chegar até ele, devido à multidão que o rodeava, e voltou para casa banhada em lágrimas. Durante o sono, apareceram-lhe os santos mártires Lourenço e Cipriano, que lhe disseram:

- Sabes porquê não consegues falar com o homem santo? Porque andas pelas igrejas de nossos irmãos e nos desprezas.

Ela levantou-se e foi às igrejas desses mártires e rezou, com muitas lágrimas, para que eles lhe perdoassem a negligência, prometendo que, dali em diante, visitaria seus templos para pedir-lhes mercê. Depois, foi para Santa Olália, onde estava o homem santo, que lhe perdoou a dívida. Ela, então, agradeceu a Deus e aos mártires. Dom Fidel morreu pouco depois, e foi enterrado onde estava sepultado seu tio materno, São Paulo, seu antecessor na diocese de Mérida (...). (Ms 01 OBR/BCE/UnB, f.32.; MACHADO FILHO, 2009, p. 129-131 – Versão nossa).

Uma vez mais, os demônios assumem o papel de enviados das forças celestiais a fim de cumprir a justiça de Deus. Neste caso, porém, cria-se um impasse gerado pelo combate entre as forças oriundas do próprio Deus! A vontade da divindade não pode ser cumprida porque a oração e a santidade do bispo se lhe antepõe como escudo. Entretanto, nas entrelinhas, pode-se entender que, apesar de os diabos estarem apenas cumprindo ordens celestiais, a superioridade da oração e do estado do santo se impõe devido à essência inferior daqueles. Finalmente, depois de duas tentativas frustradas, a vontade de Deus vence, como justiça.

Trata-se de uma visão, com caráter premonitório, que será transmitida ao santo pelo mensageiro. O grau de santidade do bispo é atestado pelo conhecimento absoluto que alega possuir de tudo o que vai lhe acontecer; sua comunhão com Deus é tal, que nada se lhe esconde. A doença que o levará à morte é um *topos* que permite a purificação pública final dos santos. Apesar da grande fama de santidade, é necessário o reconhecimento de sua condição humana pecadora, pelo pedido de perdão ao seu senhor natural, Deus. De igual modo, reforçando a cadeia hierárquica de obediências, da qual é um elo, o bispo perdoa as dívidas daqueles que estão abaixo dele.

Neste ponto, a narrativa introduz outras camadas de laços de dependência, reforçando a natureza da malha intrincada que constrói as relações sociais. A mulher que tenta se aproximar do santo, para que a livre da dívida, não consegue alcançar tal graça de forma direta. Aparecem intermediários, que lhe oferecem uma nova relação de senhorio e vassalagem – uma relação, segundo eles, eficiente - pela qual ela conseguirá o objetivo pretendido. Os mártires Lourenço e Cipriano apresentam-se como senhores, concorrentes de outros santos-senhores, com laços mais próximos do bispo, ou seja, com capacidade de oferecer aos seus vassalos melhores mercês. Mas, para isso, é preciso que a vassala, publicamente, e por meio da oração, lhes preste homenagem. A fama dos santos depende, obviamente, da devoção pública de seus seguidores. Em troca do serviço prestado, o benefício foi alcançado e o bispo Fidel – um nome muito adequado à situação - poderá, enfim, “ir para o paraíso”.

Note-se, ainda, que o destino do corpo será o sepultamento junto ao féretro de outro familiar, também santo e famoso, o bispo Paulo. O desfecho ressalta a formação de

um panteão familiar de santidade, com fortes implicações para o enraizamento e legitimidade dessa linhagem de senhores de Mérida.

Reflexões finais

Os seis exemplos selecionados do MS 01 OBR/BCE/UnB são significativos. Trata-se de expor, claramente, por meio do relato de acontecimentos extraordinários, a natureza ordinária das relações hierárquicas em que se fundamenta a comunidade política dos cristãos (a cristandade), como a ordem da justiça. Não há uma única narrativa desse *corpus* documental que não aponte na mesma direção, variando apenas quanto a detalhamento e complexidade.

De acordo com Mário Jorge da Motta Bastos, por meio dessas narrativas de milagres,

insere-se a divindade no curso da história e, a partir desta inserção, desvela-se uma ordem social e sagrada, calcada em vínculos pessoais, dependências, fidelidades, poder e submissão. (...) Assim como moldou a esfera do divino, o cristianismo inseriu a divindade no curso da história ou, visto sob outro ângulo, introduziu a sociedade na esfera do sagrado, hierarquizando as potências do bem e a sociedade dos justos por vínculos que uniam a Deus, desde os anjos e santos até o mais ínfimo dos (seus) servos em relações de dependência e subordinação (...). (BASTOS, 2013, p. 178)

Em termos políticos - e afastando-nos do viés teológico e religioso - como compete aos historiadores - comprova-se que é no plano sobrenatural (celestial e infernal) que se representam metaforicamente - à semelhança de "ideologia" - as transformações operadas no plano histórico. Ao contrário do que se institui pela oração, revelando que a ordem das coisas se opera "assim na terra como no céu", as narrativas analisadas permitem entender que era com base nas dinâmicas terrenas que se explicava o céu, portanto, "assim no céu como na terra". A inversão dessa lógica especular, cuja preeminência original se atribuía ao plano celestial, mostrava-se essencial para que o modelo fosse politicamente eficaz.

Em termos da tradição narrativa, observa-se que os enredos e personagens são velhos conhecidos dos cristãos da Península Ibérica. Grande parte dos casos são oriundos de *corpora* da alta Idade Média, como da *Vitas Sanctorum Patrum Emeretensium*, e que serão

reinterpretados ao longo dos séculos seguintes, de acordo com as circunstâncias.¹⁰ Entretanto, devemos salientar que as lógicas relativas à sacralização da justiça terrena foram reproduzidas fielmente no século XIV, o que evidencia o vigor do modelo ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES DOCUMENTAIS

MANUSCRITO 01/OBR/BCE/UnB. Disponível em: <http://bdce.unb.br/items/show/370#gallery>. Acesso em: 22 jan 2019.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, C. M. *Com a permissão de Deus*. O papel do diabo em narrativas de milagres (Península Ibérica, séculos XIII – XIV). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, 2017. Disponível em :<http://repositorio.unb.br/handle/10482/24422>. Acesso em:20 jan 2019.

BARTLETT, R. *Why can the dead do such great things? Saints and worshippers from the martyrs to the Reformation*. Oxford: Princeton Univ. Press, 2013.

BASTOS, M. J. M. *Assim na terra como no céu... Paganismo, cristianismo, senhores e camponeses na alta Idade Média Ibérica (séculos IV-VIII)*. São Paulo: EDUSP, 2013.

BASTOS, M. J. M. Reflexões (im)pertinentes sobre a Hagiografia medieval: a (extra)ordinária existência dos santos ibéricos. In: TEIXEIRA, Igor S. (Org.). *História e historiografia sobre a hagiografia medieval*. Porto Alegre: Oikos, 2014, p. 142-163.

GONZÁLEZ MARÍN, S. Análisis de un género literário: Las vidas de santos en la Antigüedad Tardía. Salamanca: Ed. De la Universidad de Salamanca, 2000, p. 115-117.

GROSSI, P. *A ordem jurídica medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

MACHADO FILHO, A. V. L. *Um flos sanctorum trecentista em português*. Brasília: EdUnB, 2009.

SILVA, A. L. F. (Org.). *Hagiografia e História: reflexões sobre a Igreja e o fenômeno da santidade na Idade Média Central*. Rio de Janeiro: HP Editora, 2008.

SOBRAL, C. O modelo discursivo hagiográfico. In : LARANJINHA, A. S.; MIRANDA, Carlos R. (org.). *Modelo: Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005 p. 97-107.

TEIXEIRA, I. S. (Org.). *História e historiografia sobre a hagiografia medieval*. Porto Alegre: Oikos, 2014.

¹⁰ A comparação pode ser feita por meio da obra de BASTOS (2013).